



O Palácio Anchieta, em Vitória, faz parte do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

Escavação virtual no Palácio Anchieta

A radiografia computadorizada do subsolo vai auxiliar na definição da estratégia de futuras escavações no local

O Palácio Anchieta, sede do governo do Estado, em Vitória, construído em 1553, está passando por uma escavação arqueológica virtual. O trabalho vai ser concluído amanhã.

O objetivo é colher informações importantes, que possam ser administradas pela equipe de estudiosos responsáveis pelo projeto de restauração do palácio.

A área de pesquisa abrange a projeção do Colégio Jesuítico e a Igreja de São Tiago. De acordo com engenheiro da Quorum Rio e gerente das obras de restauração, Eduardo Jaeger, o uso da tecnologia é de extrema importância. Ele explicou que a escavação

eletrônica está sendo feita por um aparelho que é capaz de fazer uma radiografia computadorizada do subsolo.

O equipamento, desenvolvido na Itália, emite pulsos eletromagnéticos a partir de seis antenas com potências diversas que permitem obter um raio X do terreno localizado embaixo da sede.

A análise é necessária, já que a sede do governo do Estado abriga vestígios das mais antigas edificações do centro histórico de Vitória.

“Os recursos arqueológicos de uma nação são finitos e a tendência, hoje, é escavar o mínimo possível. A radiografia do subsolo da área vai auxiliar na definição

da estratégia de futuras escavações no local onde foi erguida a igreja jesuítica, que deu origem à cidade em meados do Século XVI”, afirma o arqueólogo Paulo Zanettini, um dos responsáveis pela pesquisa.

Apesar das sucessivas alterações que o monumento sofreu ao longo do tempo, o Palácio Anchieta pode guardar verdadeiras relíquias históricas. Além de constar do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, o prédio é tombado pelo Conselho Estadual de Cultura.

A iniciativa está implementada pelas secretarias de Estado da Cultura (Secult), de Governo, de Transporte e Obras Públicas (Setop) e a Auditoria Geral do Estado (AGE). A gestora de projeto é a Fundação Promar.

A reforma do prédio é patrocinada pela Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), do Ministério da Cultura, por meio da Petrobras, da Companhia Vale do Rio Doce, e apoio da Cotia Trading e da Nestlé.